

PROSEAR APENAS UMA PROSA, NADA MAIS!

TO TALK ... JUST A PROSE, NOTHING ELSE!

Edaguimar Orquizas Viriato ¹

RESUMO: Ao prostrar, o prostrador rememora histórias, neste caso, a prosa que trago conta não apenas a experiência acadêmica dos últimos oito anos, mas também os sonhos que acompanharam o vivido, as ilusões experimentadas, o possível concretizado. Conta um pouco da vida e da morte expressas na vida profissional de um ser social e histórico! É vida, é morte ... vida desenrolada no ensino, na pesquisa e na extensão, enfatizando, ou apenas destacando o “aquilo” que não se cala, a memória que fica, o princípio que sustentou e tem sustentado o conjunto das atividades profissionais realizadas na UNIOESTE. Tudo permeado pela esperança de um mundo melhor, pela esperança, no caso da nossa prosa, de uma educação para todos. Eis o “aquilo” que não se cala!

Palavras-chave: Memorial; Organização e Gestão; Política

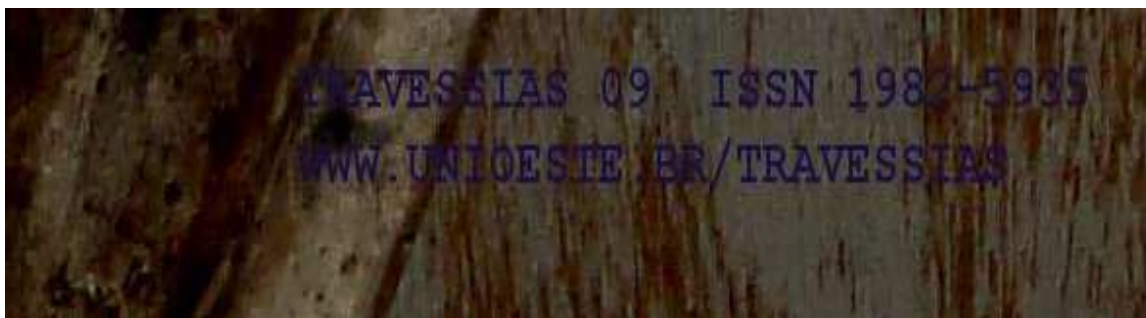
ABSTRACT: When someone talks about something, the person recalls in his memory, stories. In this case, the prose that I bring it is not only the academic experience of the past eight years, but also the dreams that I have, the illusions I have had, the real things I have done. The prose tells you a little bit about life and death expressed in the working life of a social and historical human! It is life, it is death ... unwound in teaching, making research and extensions, emphasizing, or just highlighting the "it" rather than ignoring it. The memories I have, the principles that claimed and have sustained the set of professional activities carried out at UNIOESTE, everything permeated by the hope of a better world and hope, in the case of our prose, an education for all. Here is the "it" that doesn't want to be quiet!

Keywords: Memorial; Organization and Management; Policy

Pássaro Cativo
(Celso Ribeiro)

Canta passarinho

¹ Edaguimar Orquizas Viriato (UNIOESTE)
edaguimar@gmail.com

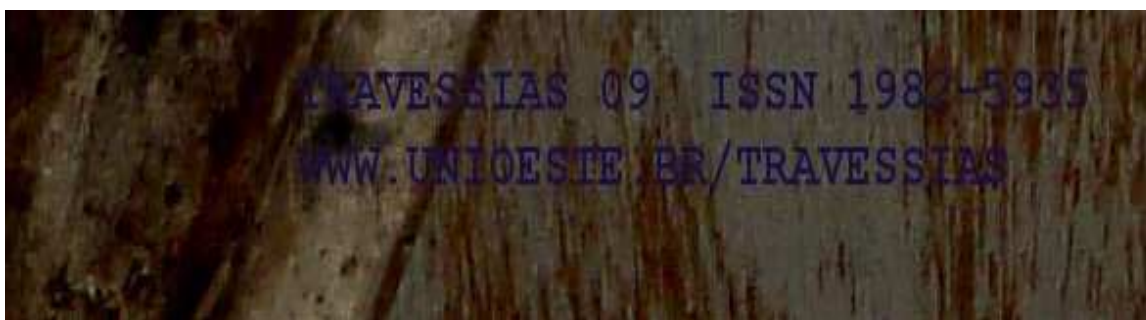


Preso por saber cantar,
 Canta passarinho
 Pra sair desse lugar
 Eu te asseguro
 Pássaro amarelo
 Que um dia hei de te soltar,
 Pra provar que pau-não-é ferro
 Nem vida este lugar
 Canta passarinho
 Preso por saber cantar,
 Canta passarinho
 Pra sair desse lugar
 Eu te asseguro
 Pássaro amarelo
 Que um dia hei de te mudar,
 Com este teu canto belo
 Pra um canto livre cantar.

A prosa que trago conta não apenas a experiência acadêmica dos últimos oito anos², mas também os sonhos que acompanharam o vivido, as ilusões experimentadas, o possível concretizado. Conta um pouco da vida e da morte expressas na vida profissional de um ser social e histórico!

Rememorar a história da vida profissional, mesmo sendo uma parte dela, significa selecionar determinados acontecimentos do passado, com a finalidade de compartilhar com os colegas, meus leitores e interlocutores, “aquilo” (pela ausência de uma palavra que melhor dê significado ao que quero dizer) que aflora no momento em que escrevo e, possivelmente, seja o que efetivamente tenha significado para o decorrido e, conseqüentemente, para o que está ocorrendo atualmente. Afinal, não somos seres sociais datados pelos nossos sonhos, pelas nossas ilusões, pela nossa utopia, pelo nosso trabalho, pelas possibilidades do ontem, do hoje, construindo o amanhã? Sem os quais, como cantava belissimamente Gonzaguinha, “não dá pra ser feliz ... não dá pra ser feliz... não dá pra ser feliz ...”.

² O artigo tem sua origem no memorial apresentado em novembro de 2009 para professor associado na Unioeste.

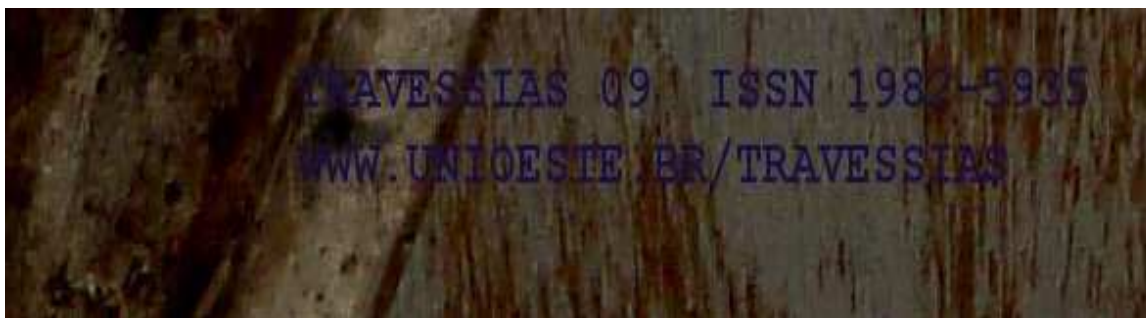


É vida, é morte ... vida desenrolada no ensino, na pesquisa e na extensão, enfatizando, ou apenas destacando o “aquilo” que não se cala, a memória que fica, o princípio que sustentou e tem sustentado o conjunto das atividades profissionais realizadas na UNIOESTE. O girar de uma espiral, encontros e desencontros, morte e vida, prisão e liberdade tal como a belíssima canção Pássaro Cativo. Uma mistura entre sonho e ilusão; entre utopia e realidade; entre ingenuidade e consciência; entre sujeito individual e coletivo. Tudo permeado pela esperança de um mundo melhor, pela esperança, no caso da nossa prosa, de uma educação para todos. Eis o “aquilo” que não se cala!

Penso – pois perdi há muito a crença, ingenuidades que se vão e outras que se encontram, é sempre morte e vida – que nesses tempos de incertezas e, exacerbado individualismo, é preciso procurar mobilizar os sujeitos – que, por pura teimosia, morrem e vivem, que por pura teimosia ainda reclamam o conhecimento. Mobilizar os sujeitos? É preciso lembrar o grande poeta Mário Quintana que “se as coisas são inatingíveis, ora, não é motivo para não querê-las; que triste os caminhos, se não fora a presença distante das estrelas”. Sim senhor, mobilizar os sujeitos!

Alguns podem dizer que estou “fora de moda”, assim como muitos o estão. Para esses, a realidade que não se cala: é possível continuar convivendo com as crianças, jovens e adultos à procura de educação formal, passando e passando e passando pela escola? Insucesso! Escuridão! Emudecidos no e pelo seu próprio cantar! Existência camuflada pelas estatísticas. Escola para todos! Erradicação do Analfabetismo!!!

O porvir, sim, o porvir, sempre o porvir. O porvir sustenta os burocratas, mascara a realidade educacional. Enquanto alguns intelectuais acreditam, não por ato de fé, mas simplesmente por conveniência, que a educação pública está mais eficiente e eficaz, um zumbi ronda a organização e a gestão da educação pública. O zumbi do mercado, ora caracterizado como quase-mercado; ora como público, porém privado; ora como instituições privadas sem fins lucrativos. Você, sim senhor, agora você pode ser o nosso cliente. E a lagarta vira numa linda borboleta – reprodução natural. E a criança pobre? Cinderela!!!!

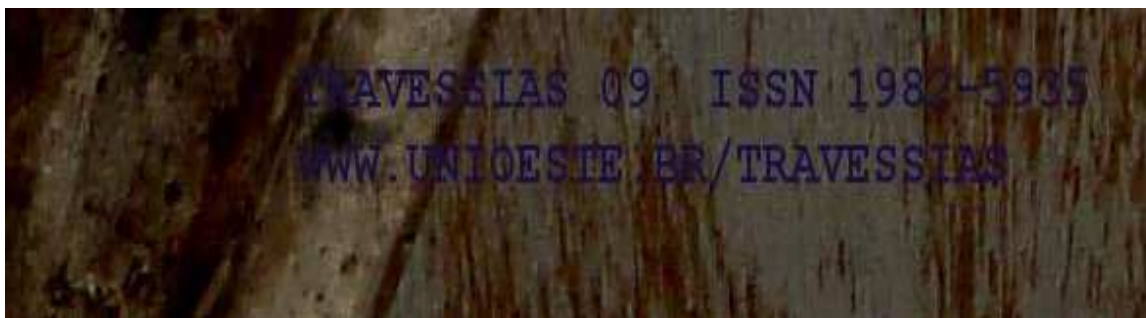


“Provar que pau-não-é ferro, nem vida este lugar”, no contexto do fim da história, do recuo da teoria, do aqui e agora, não é tarefa fácil. Tudo é possível. No campo da educação, especificamente da organização e da gestão escolar remeto ao “aquilo” que quero rememorar: educação para todos expressa na *política*. A possibilidade de os sujeitos participarem do processo de organização e de gestão da escola na perspectiva da concretização da *gestão democrática*, com todos os limites inerentes a esta forma de gestão na sociedade capitalista. Atentar-se para o limite das instituições e do Estado burguês, sem, entretanto, ficar atado a esta limitação. Afinal, o Estado consiste num campo de disputa entre as classes sociais e a *política* faz parte deste confronto. “Canta passarinho, Preso por saber cantar”. Vamos à prosa então!

O canto entoado pelos estudos/pesquisas realizados no decorrer dos oito anos versa acerca da organização administrativa, pedagógica e financeira da escola pública. Versos que analisam o processo de organização e de gestão da escola pública, num momento marcado por reformas econômicas e políticas. Linhas que expressam o esforço teórico e empírico para compreender e problematizar as estratégias de organização e de gestão embasadas veementemente pela transferência de responsabilidades do serviço público estatal para o público não-estatal, ou o denominado terceiro setor. Velha dicotomia entre espaço público x privado.

A transferência do serviço público estatal para o não estatal pode ocasionar um esvaziamento do espaço público escolar, fortalecendo os aspectos privados já existentes na organização societária. Isto pode levar a despolitização do modo de organizar e gerir os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos da escola. Não por acaso que o pensamento taylorista ainda sobrevive enquanto princípios que marcaram as diversas teorias organizacionais que se seguiram umas às outras, revelando o caráter de subordinação que a instituição educacional estabelece com as ideologias organizacionais da atualidade.

A administração científica, criada e desenvolvida por Frederick Wislow Taylor, na fábrica de Bethleem Steel, em Baltimore, EUA, buscava organizar o trabalho a partir do



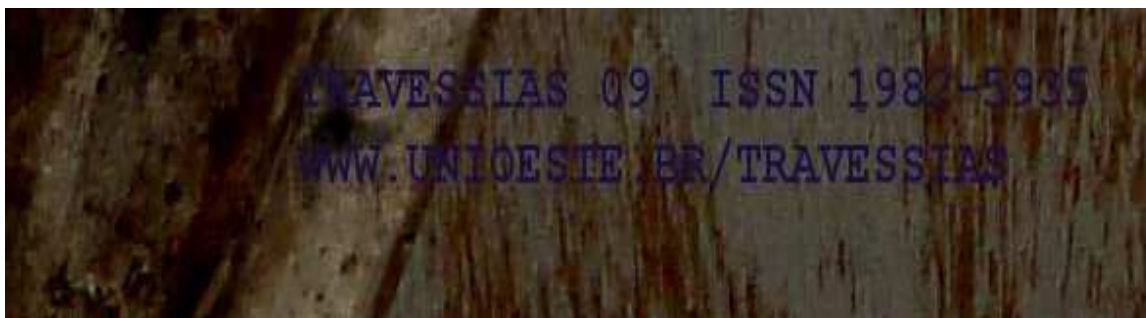
estudo de tempos e movimentos. Para ele, existia uma única maneira certa de realizar o trabalho de forma a alcançar o máximo da capacidade produtiva dos trabalhadores. Professora, cadê o modelo? Não está vendo menino! Ali, na lousa. Cópia, vamos, cópia!

A função primordial do administrador era planejar, de forma precisa, a execução de cada operação e de cada movimento, determinante da única maneira certa de executar o trabalho, ou seja, one best way. Muitas mudanças ocorreram de lá para cá, porém o taylorismo constituiu-se como modelo para submeter os trabalhadores a um controle social. E a Escola? A escola é um sucesso, acreditam alguns. “Que falta nesta cidade? Verdade; Que mais por sua desonra? Honra; Falta mais que se lhe ponha Vergonha” (Gregório de Matos).

Ora, se não é novidade que os estudos e as teorias da administração escolar surgiram com os estudos e as teorias da administração empresarial com a finalidade de submeter os trabalhadores ao controle dos administradores, ou seja, ao controle do capital, como ficam a organização e a gestão da escola nessa lógica?

A reestruturação do trabalho acompanha a crise do capital. A sua reorganização estimula novas relações no campo de trabalho, que visam incorporar a alta produtividade, eficiência e eficácia, com o menor custo possível. Isso significa tolher “gorduras sociais”, abaixando os custos, aumentando a lucratividade. A partir daí, temos terceirização, contratos “provisórios” de trabalho, aumento do trabalho informal, “autogestão” da produtividade. Isto se tem refletido na organização da Escola. A qualidade total impregna a Escola em busca da otimização dos resultados e do produto, passando a educação a ter “valor de mercado”, onde o mais importante são os produtos, não o processo de construção do conhecimento.

Na perspectiva indicada, a organização da Escola vem sendo subordinada aos critérios de produtividade (racionalização do fluxo escolar), de eficácia (aquisição de competências) e de eficiência (adequação das Escolas aos padrões da administração científica). Assemelhando-se às das organizações econômicas, as políticas de gestão escolar induzem as escolas públicas a assumirem uma gestão racional, no sentido de dirigirem os



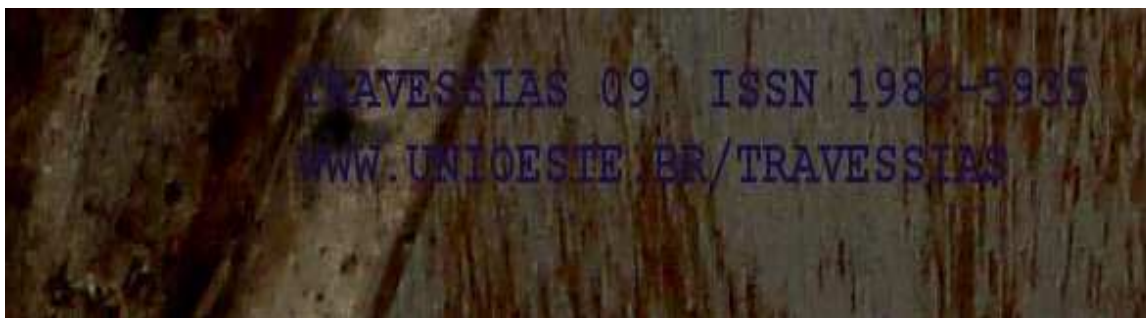
seus serviços aos cidadãos enquanto clientes e consumidores. Nesta direção, a escola vem sofrendo alterações significativas no processo de organizar e gerir os seus aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros, distanciando-se de um modelo de organização que possibilitasse, pelo menos, colocar em cheque o estabelecido. “Que um dia hei de te mudar”... “Canta passarinho”

O foco agora é compartilhar. Utilizar-se da descentralização, participação e autonomia como instrumento do Estado para desobrigar-se de sua responsabilidade para com o ensino gratuito. Particularmente no Estado do Paraná, esse modelo de organizar e gerir a Escola foi denominado de gestão compartilhada ou gestão para excelência. Embora a gestão compartilhada assumisse um caráter democrático, colocando-se inclusive como sinônimo de gestão democrática, na realidade, esvaziava a possibilidade de participação política no interior da escola e consolidava a participação para a auto-sustentação. A gestão compartilhada ou gestão para a excelência impulsionou a comunidade escolar a estabelecer uma relação de parceria com o Estado.

A gestão compartilhada, subordinada aos critérios de produtividade, de eficácia e de eficiência induziu as escolas públicas à concorrência entre si, como se o objetivo destas não fosse ofertar educação digna, com qualidade, para todos, como se não fosse ofertar um bem público para a coletividade. Nesta, o critério da universalidade é substituído pelo da localidade; o da igualdade pelo da equidade.

A competitividade entre as escolas requer a participação da comunidade no sentido de subvencionar condições para que a escola possa produzir ótimos resultados. Na realidade, cria-se o consenso de que a descentralização significa desconcentração de tarefas, que a participação significa que a comunidade deva ter o controle e a fiscalização sobre a escola para que esta tenha ótimos resultados e que a autonomia implica que a comunidade deva ser responsável pela implementação dos projetos da escola.

Isso significa que a descentralização – ressignificada e esvaziada de participação política e de autonomia pedagógica e financeira – como estratégia para o processo de gestão compartilhada representa um marco para a formulação de políticas que visem à exclusão



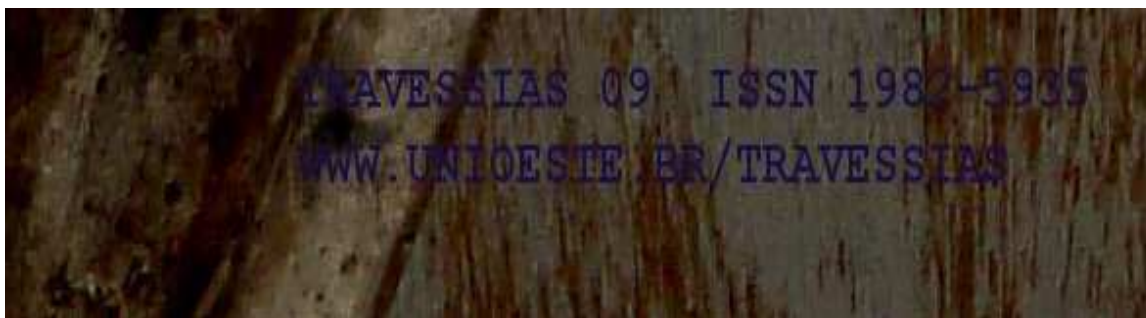
social, contribuindo para organizar a escola numa perspectiva mercadológica, instaurando entre as escolas a competição, o individualismo, no qual a meta consiste em alcançar o resultado estipulado pelos Órgãos Centrais, qual seja, superar baixos desempenhos por conta própria. “Quem a pôs neste socrócio? Negócio; Quem causa tal perdição? Ambição; E a maior desta loucura? Usura” (Gregório de Matos).

Seria muito louvável descentralizar o sistema de ensino, possibilitar condições para que efetivamente acontecesse a participação política e autonomia nas escolas, pois, assim, estaríamos caminhando para a democratização do ensino, numa perspectiva de qualidade social. Entretanto, a autonomia não pode se resumir à questão da manutenção da escola, ou seja, à questão financeira. A autonomia deve vincular-se à questão política, à capacidade de a comunidade escolar tomar decisões coletivas, solucionando os problemas e desafios educacionais e assumindo a responsabilidade por tais decisões. Tudo isto com financiamento do Estado.

De igual modo, a participação não pode resumir-se a um instrumento para gerir recursos para a escola. A participação deve ser o meio pelo qual a comunidade escolar reconheça e assuma o poder de influenciar o rumo da unidade escolar. Fica evidente, assim, que o modelo de gestão compartilhada possibilita levar uma fragmentação no sistema de ensino, acirrando ainda mais as desigualdades sociais, firmando, uma terceira forma de propriedade: o público não-estatal.

No limite dos estudos/pesquisa realizados, naquele momento foi possível iniciar o debate em torno do público e do privado e, por conseguinte, a redefinição do papel do Estado brasileiro para com a educação. A continuidade dos estudos perseguiu a direção de analisar o processo de redefinição do espaço público estatal no sistema de ensino. Para tanto, investiguei a organização do sistema de ensino referente à Educação Básica e Educação Profissional proposto pelo governo federal e implantado e/ou implementado a partir de projetos, programas e ações pelo governo do Estado do Paraná.

Pelos estudos constatei que os entraves em torno da descentralização são complexos, tendo em vista que descentralizar significa tirar o poder do centro,



transferindo-o para o poder local, assegurando assim a eficácia do poder local. Isto exigiria, por parte do Estado e da sociedade civil organizada, um comprometimento político e técnico com os princípios que envolvem o processo de transformação da sociedade. Ou seja, exigiria que a descentralização ocorresse no plano político, no plano econômico, na qualidade do ensino e no plano administrativo, em conformidade aos argumentos de Casassus³.

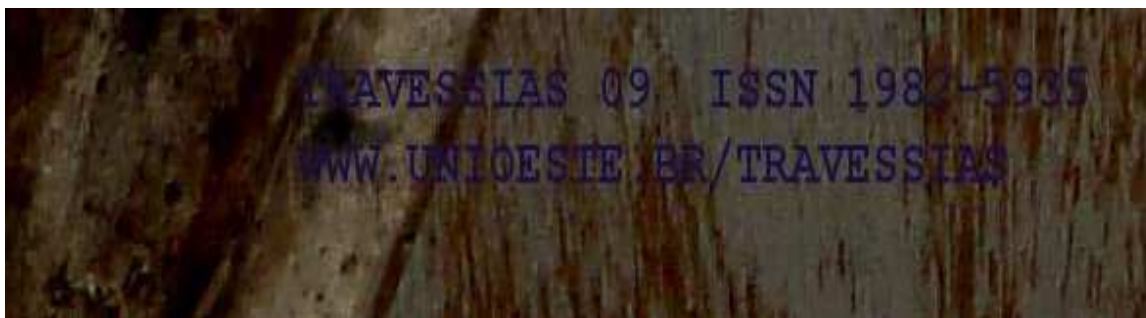
No plano político a ênfase reside na participação e na democracia. O plano econômico acena por recursos. A qualidade do ensino a ênfase recai na questão técnica-pedagógica e, por fim, o plano administrativo exige maior eficiência nos processos educacionais. Ou seja, sem participação, sem mecanismos democráticos, sem autonomia para interferir nas questões administrativas e pedagógicas, não há descentralização. O que existe são políticas de desconcentração, pois desconcentrar significa levar a execução para mais perto do lugar em que ocorre o ato educacional, assegurando assim os interesses do poder central, assegurando a sua eficiência e eficácia.

O que quero frisar nesta conversa é que descentralizar significa redistribuir o poder central, envolvendo necessariamente alterações nos núcleos de poder, que levam a uma maior distribuição do poder decisório até então centralizado em poucas mãos, ao passo que, desconcentrar significa delegar determinadas funções à comunidade local, mantendo centralizadas as decisões sobre os aspectos financeiros, administrativos e pedagógicos.

A implementação de políticas educacionais privilegiando a desconcentração e rotulando-a de descentralização além de não ameaçar as estruturas já consolidadas, favorece o discurso de governos que adotam um discurso democrático, camuflando de fato sua base centralista e autoritária e camuflando um processo de desobrigação do Estado de seu papel de mantenedor da escola pública.

Desta forma, entendo que o conceito de descentralização utilizada como sinônimo de desconcentração está articulado a uma perspectiva econômica, a uma concepção de

³ CASASSUS, J. A centralização e a descentralização da educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n° 95, p. 37-42, 1995.



Estado que se fundamenta na necessidade de controlar o gasto público, de privatizar a contratação dos professores e funcionários, de transferir as escolas públicas para o setor público não-estatal. Dependendo do conceito, a descentralização pode ratificar políticas educacionais que proporcionem um processo crescente de desprendimento de poder por parte do Estado, em que o sistema educacional seja regulado pelo mercado, ou pode ratificar políticas educacionais que possibilitem o poder e controle da sociedade civil organizada sobre uma atividade pública.

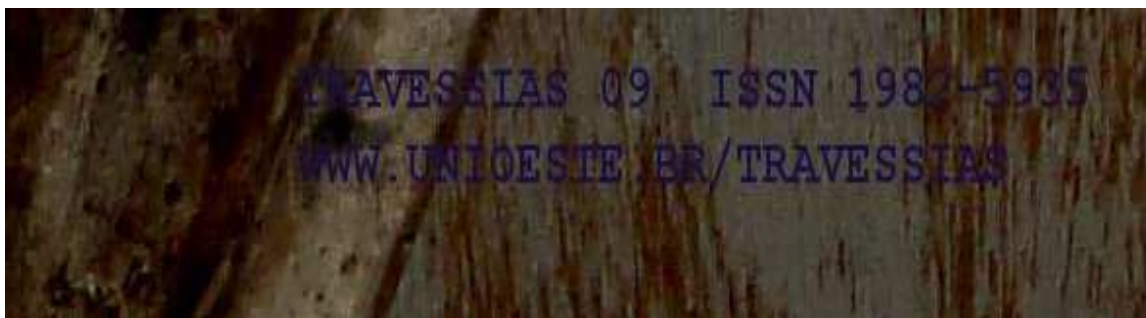
A política educacional se caracteriza, portanto, em descaracterizar o papel do Estado enquanto responsável pela condução financeira da mesma. Não perde o controle da política educacional, pelo contrário, planeja e indica diretrizes, responsabiliza os municípios e coopta “cidadãos participantes” para uma prática fiscalizadora. Portanto, a participação aqui, é canalizada para além da participação instrumental, é uma participação fiscalizadora, visto que é auto-sustentadora. Os “cidadãos participantes” não criam, discutem, debatem objetivos e planejamento político educacional. Estes praticam cobranças e executam aquilo que os órgãos centrais planejaram.

Entoando outro canto, uma política de descentralização no sistema educacional pode possibilitar a autonomia da comunidade local para decidir sobre os aspectos financeiros, administrativos e pedagógicos exigindo do Estado recursos financeiros e apóio técnico-administrativo no sentido de manter uma escola pública com qualidade e para todos. Utopia pia Perseguição!!!!

Portanto, da mesma forma que a descentralização pode ser utilizada como estratégia política para firmar políticas que contribuam para uma sociedade justa, democrática, inspirada nos ideais socialistas, ela também pode ser utilizada para defender o predomínio do livre mercado e, conseqüentemente, da manutenção de uma sociedade capitalista, dividida em classes sociais. Contradição ação

E como a participação e a autonomia se encaixam neste processo?

A participação e a autonomia também têm assumido dois aspectos: um que as coloca num processo de fortalecimento de atuação política e de constituição de luta pelos



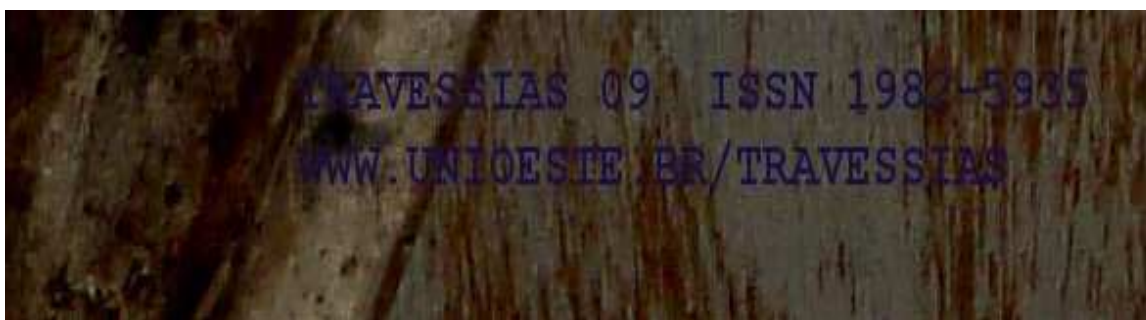
direitos, o que torna a relação com a comunidade escolar e o Estado numa luta constante e obrigatória e outro que as coloca num processo de distanciamento do Estado, buscando fortalecer-se dentro da própria comunidade.

No primeiro aspecto, participar seria a possibilidade de a comunidade escolar identificar os problemas pertinentes à escola, apresentar alternativas para solucioná-los e administrar os recursos financeiros e materiais consoantes com tais alternativas. Isso não significa que o Estado deva transferir suas responsabilidades para a escola, mas sim que a comunidade escolar deva ter condições concretas para decidir e interferir nos rumos da escola pública. A título de exemplo, posso utilizar-me das verbas que vêm para escola. O uso destas deveria ser decidido pela escola, junto com o Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres e Grêmio Estudantil, ou seja, junto às instituições auxiliares da escola. É aí que reside a importância da autonomia.

A autonomia, no primeiro aspecto, deve ser entendida como uma expressão da gestão democrática. Assim, a autonomia faz-se presente enquanto uma questão política, enquanto tomada de decisões coletivas sobre os rumos da escola pública. Para tanto, a autonomia prescinde dos sujeitos que compõem a escola para que estes se utilizem das Instituições Auxiliares da Escola e assumam-na de forma participativa e autônoma.

No segundo aspecto, a participação e a autonomia são vistas como formas de a comunidade escolar contribuir com a manutenção da escola pública. O poder de decisão administrativo, financeiro e pedagógico é centralizado, seja em âmbito federal, estadual ou municipal. A participação e a autonomia restringem-se à mão-de-obra barata, a colaboração voluntária, a cobrança de taxas para manter a escola.

Neste aspecto a descentralização confunde-se com a desconcentração. Aos Órgãos Centrais cabe o papel de regulamentar e controlar as ações da escola, sem, no entanto, ser responsável por sua manutenção. No primeiro aspecto a descentralização tem por finalidade distribuir o poder de decisão administrativo, pedagógico e financeiro. Este poder decisório centra-se na escola, fato que supera o trabalho fragmentado e centralizado em poucas mãos.

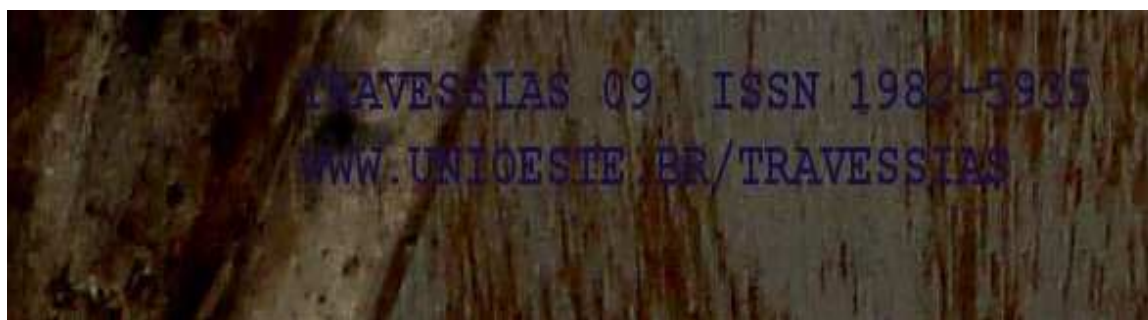


Desta forma, o desencadeamento de uma política que tenha o compromisso com as classes populares deste país, deve utilizar-se como estratégia a descentralização, prevendo os quatro planos de êxito de tal estratégia (político, econômico, qualidade do ensino e administrativo) para que esta não caía em abstrações, ou seja, para que a política educacional não signifique a possibilidade da própria comunidade escolar, em nome da descentralização, da participação e da autonomia, arcar com os custos operacionais dos projetos educacionais.

Entendo que a comunidade escolar pode perceber-se como parte de um poder, garantindo o controle sobre os Órgãos Centrais, consolidando efetivamente uma gestão democrática, contribuindo com um modelo de Estado que garanta condições iguais e dignas para todos. Sem dúvidas, a questão é complexa, mas, aí reside o desafio em criar espaços de constante interação entre representantes e representados. Lutar para implementar a descentralização embasada nos princípios democráticos, lutar por um projeto de sociedade democrática, sobrepondo-se à dominação. Tenho a convicção de que o processo de gestão democrática da escola apresenta-se como mais um dentre outros desafios para a construção das novas relações sociais, constituindo um espaço público de decisão e de discussão não tutelado pelo Estado. Prosear, apenas uma prosa!

O avanço dos estudos/pesquisas culminou no meu ingresso no Pós-Doutorado⁴. A investigação desenvolvida durante o período do pós-doutoramento buscou, a partir de um estudo de caso, apresentar as mudanças ocorridas no processo de organização e de gestão escolar durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Jaime Lerner, incluindo os governos Luiz Inácio Lula da Silva e Roberto Requião, respectivamente, o governo federal e o executivo estadual do Paraná. Procurei, como elemento central, refletir sobre a organização e a gestão administrativa, pedagógica e financeira de um Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP).

⁴ A partir de março de 2004 obtive afastamento institucional para desenvolver estágio no programa de Pós-Doutorado, da Faculdade de Educação, junto ao Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação (EDA) da FEUSP, sob a supervisão da Profa. Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes.

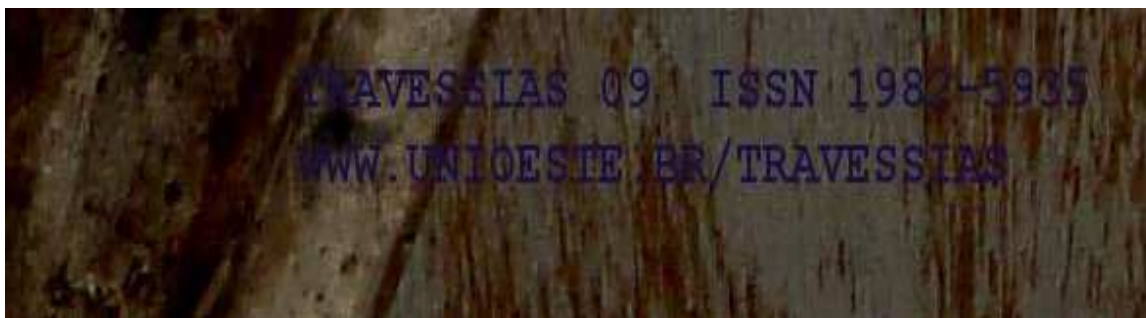


As medidas governamentais implementadas durante o governo Jaime Lerner, amparadas pela política educacional de Fernando Henrique Cardoso, imprimiram um modelo de gestão gerencial que, no âmbito específico da escola, desencadeou a criação de uma Fundação de Amparo ao Centro Estadual de Educação Profissional, promovendo mudanças no padrão de organização e de gestão da escola, reforçando, sobremaneira, o processo de esvaziamento do já debilitado poder de participação da comunidade escolar.

As mudanças no padrão de organização e de gestão da escola redimensionaram a burocracia da escola que de uma lógica pública e estatal passou para uma lógica privada e não-estatal. Esta lógica buscou, por um lado, legitimar uma concepção imediata e pragmática da educação, na qual o foco central encontrava-se na competitividade entre alunos, professores e escolas, e, por outro, como decorrência, buscava naturalizar o individualismo, rompendo com as lutas coletivas. Sublinho que, apesar das condições materiais precárias da escola, os trabalhadores e usuários da escola pública buscavam, com todos os limites que inúmeros estudos já apontaram, exercer um trabalho coletivo, voltado para a emancipação do homem, ou seja, uma perspectiva política da educação, na qual o sujeito vinha em primeiro lugar.

A introdução da Fundação de amparo ao Centro Estadual de Educação Profissional, constituída como instituição privada, sem fins lucrativos e de seus membros, predominantemente, vinculados à área do comércio e de serviços, em regime de parceria com a direção do Centro e amparados pelas políticas educacionais, principalmente pelo Decreto nº 2.208/97 e pela política de gestão compartilhada imposta pelo governo Jaime Lerner, alterou, substancialmente, a organização e a gestão do CEEP.

A possibilidade de contratação dos trabalhadores da educação pela Fundação, a oferta dos cursos técnicos apartados do ensino médio, a oferta dos cursos básicos desvinculados de um processo de formação geral, direcionados, especificamente, ao mercado de trabalho, bem como a ausência de gratuidade do serviço educacional, são medidas que contrariam um projeto societário voltado para a democratização do conhecimento, voltados para a formação humana.

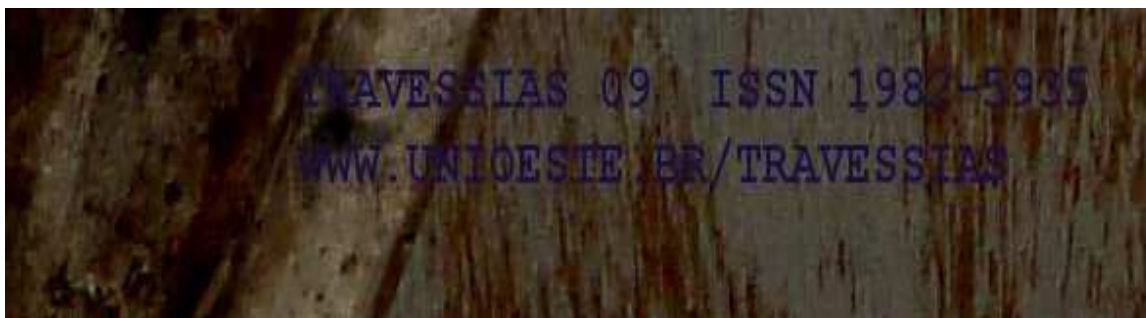


Por meio da criação de uma instituição jurídica, sem fins lucrativos, foi criado, no interior da escola, um instrumento de gestão que conferisse a escola agilidade para atender às necessidades do mercado de trabalho bem como do trabalhador (flexibilidade no processo de contratação e oferta de cursos básicos), eficiência para resolver os problemas cotidianos da escola (autonomia para captar recursos), e efetivasse a integração da escola com o setor produtivo (parcerias com sindicatos, empresas e associações, por meio de convênios). Como ao bom gosto do capital e do mercado, uma formação para o consumo.

O estudo problematizou essa forma de organização e de gestão, principalmente no que concerne à política, à possibilidade de estabelecer a participação dos sujeitos envolvidos de alguma forma com as questões educacionais, tendo em vista que a publicização da educação profissional – a possibilidade de criar instituições jurídicas vinculadas ao terceiro setor, como a fundação de amparo ao Centro Estadual de Educação Profissional – pode converter-se em privatização das atividades educacionais, resolvendo, desta maneira, a suposta ineficiência e ineficácia do setor público em gerir as suas instituições.

A educação profissional, desse modo, intermediada pelo não-estatal, inaugurou um modelo de organização e de gestão, cuja matriz residiu na gestão gerencial, que procurou disseminar uma ideologia individual e competitiva, atribuindo valor de mercado para a educação e convertendo os trabalhadores e usuários da escola a meros executores e consumidores de um serviço, abstraídos de quaisquer possibilidades de participação política. “Quais são os seus doces objetos? Pretos; Tem outros bens mais maciços? Mestiços; Quais destes lhe são mais gratos? Mulatos” (Gregório de Matos).

As políticas educacionais implementadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva trouxeram poucas mudanças com relação às políticas educacionais para a educação profissional, entre estas, a possibilidade de integrar o ensino médio e técnico, com a revogação do Decreto nº 2.2008/97 e a promulgação do Decreto nº 5.154/04, vislumbrando uma possibilidade de romper com o viés dualista, separatista e excludente que estava colocado para a educação profissional.

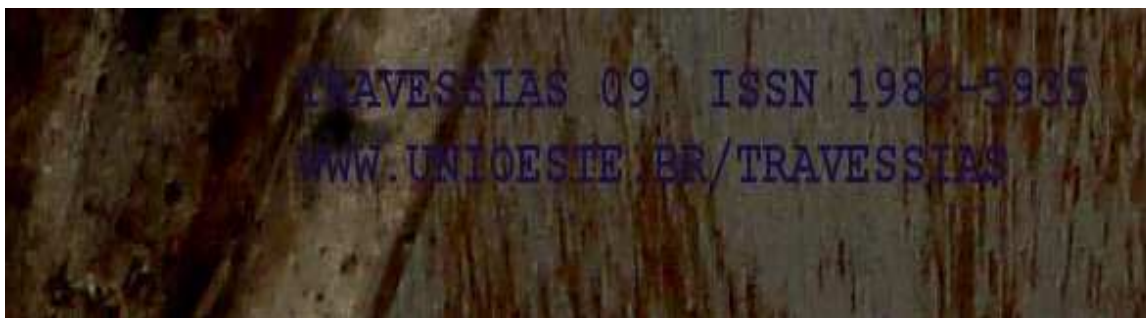


Em nível Estadual, as ações implementadas pelo governo Roberto Requião, priorizaram a Educação Básica, entre estas, a efetivação de concursos públicos; manutenção da gratuidade da educação profissional; extinção da PARANATEC, PARANAEDUCAÇÃO e Universidade do Professor, criação do Departamento de Educação Profissional. No âmbito do CEEP, tais medidas arrefeceram o viés mercadológico que vinha caracterizando a organização e a gestão do Centro. A imposição da oferta do Ensino Médio Integrado, a proibição da atuação da Fundação, principalmente no que se refere à contratação de pessoal, a cobrança dos cursos técnicos e a oferta e cobrança dos cursos básicos, na atual conjuntura, são medidas que confrontaram a tendência que vinha sendo desenhada no sentido de transferir o serviço educacional para a esfera do público não-estatal.

O conjunto dessas medidas tem provocado novamente uma reestruturação na organização e gestão do Centro que está em curso, essencialmente quanto à exigência de reformular a grade curricular para o ensino médio integrado, de definir o financiamento da educação profissional, de regulamentar os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, no sentido de articulá-los às etapas da educação básica, de acordo com as necessidades do aluno trabalhador, de construir formas de participação política.

Isso revela o quanto precisamos ainda avançar, até porque, hegemonicamente, o projeto neoliberal está na ordem do dia. A organização e a gestão da Educação Profissional na perspectiva da emancipação humana, da participação política, do controle social, da publicização do Estado continuam em confronto e disputa política. A tendência é legitimar e naturalizar a redução da sociedade civil ao terceiro setor, na condição de parceira do Estado, compromissada com a oferta do serviço público fora da esfera estatal. E vamos rememorando

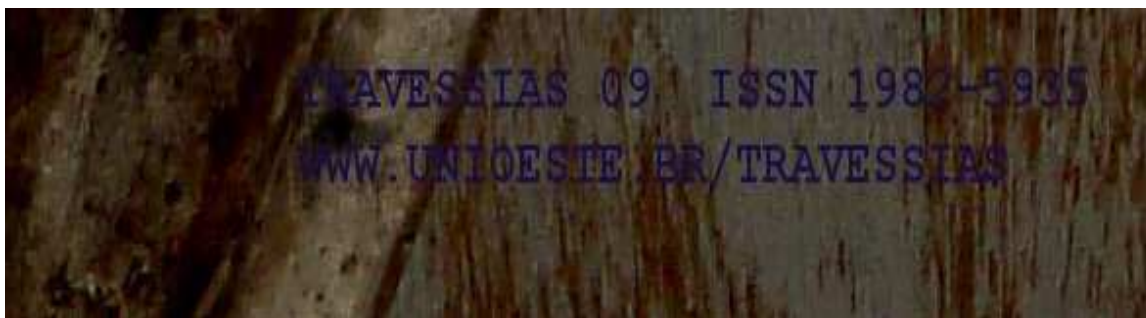
Nesse aspecto, o estágio desenvolvido na Universidade do Minho, em Braga/PT, sob a supervisão do professor Dr. Licínio Lima, ratificou a compreensão do Estado ainda como o principal financiador e regulador da educação, mesmo com o ingresso de novos atores e instituições sociais, como as vinculadas ao terceiro setor. Visitei um



estabelecimento privado de ensino, instituído pela Câmara Municipal de Braga, Associação Industrial do Minho e Associação Comercial de Braga, financiada, em conformidade aos projetos aprovados anualmente, com os recursos do Fundo Social Europeu. Sublinho que a instituição, dependia, exclusivamente, destes recursos para apoio da infra-estrutura e equipamento das instalações, embora possuísse cofinanciamento dos alunos, por meio da matrícula e mensalidades, obtivesse, ainda, recursos por meio do aluguel do ginásio de esportes, salas de aula e auditório, repografias, cantina e bar, entre outras pequenas receitas. Em conformidade às informações obtidas no decorrer das visitas, a instituição não conseguiria se manter sem o financiamento público.

A instituição ofertava cursos profissionais prioritariamente de nível secundário vocacionados para a qualificação inicial dos alunos, privilegiando a inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos. Os cursos profissionais eram organizados em módulos, com a duração de três anos letivos. As disciplinas e carga horária eram definidas, na Portaria de criação de cada curso, em consonância com a respectiva matriz curricular. Obrigatoriamente, os cursos profissionais abrangiam um período de formação em contexto de trabalho seja por atividades ou projetos relacionados com o domínio profissional seja por forma de estágio em empresas ou outras organizações. Os cursos profissionais, portanto, orientavam-se para atender às necessidades locais e regionais de emprego, reforçando, assim, o componente técnico que se consolida na formação em contexto de trabalho.

As políticas públicas referentes aos dois países têm promovido ações no sentido de estabelecer as normas de acesso e permanência dos alunos na escola, de definir os padrões de qualidade, os princípios da gestão, os princípios da organização administrativa, pedagógica e financeira da escola. Estas ações vêm acompanhadas pela introdução de novas instituições e atores sociais, que, em tese, manteriam uma relação com o poder estatal sob o regime de parceria, com a finalidade de assumir a formação dos jovens – futuros trabalhadores e dos próprios trabalhadores. “Quem faz os círios mesquinhos?

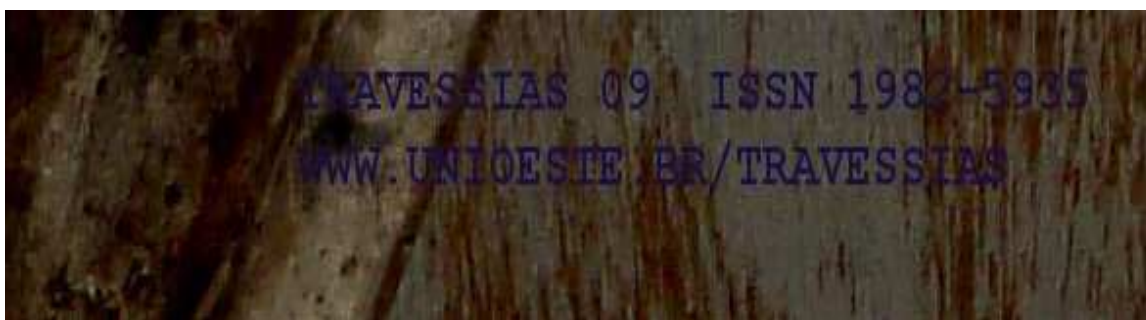


.....Meirinhos; Quem faz as farinhas tardas? Guardas; Quem as tem nos aposentos? Sargentos (Gregório de Matos).

Ao Estado caberia a condição de avaliar e controlar esse setor. Entretanto o Estado continuaria a financiar a educação. A mudança residiria na lógica gerencial que orienta a organização e a gestão das instituições, marcadas, sobremaneira, pela perspectiva da auto-sustentação financeira, pelas noções de empregabilidade, competências e competitividade, mercantilizando os direitos sociais conquistados historicamente pelos trabalhadores.

Em outras palavras, a oferta dos serviços públicos por instituições vinculadas ao aparelho do Estado e por aquelas não pertencentes ao Estado, mas com financiamento estatal, prescindem de controle social, prescindem de participação política. Recapitulo que a participação da sociedade civil sempre foi uma demanda dos defensores da democracia. O fato de a sociedade civil, representada por uma Fundação, no caso brasileiro, compor o organograma da escola estatal, e, no caso português, as escolas privadas e não estatais serem subsidiadas pelo Estado, por si só, não é /ou seria condição para organizar e gerir a escola na perspectiva democrática. A experiência empírica e teórica já revelou que a participação na gestão e na organização escolar pode ocorrer, ou não, independente das normas estabelecidas. A questão é como efetivamente estabelecer a participação política no interior das instituições educativas sejam elas estatais, não estatais, e mesmo privadas no sentido de construir proposições que, efetivamente, garantam escolaridade para todos. Este é o fio condutor das minhas pesquisas em andamento.

Nesta direção, retomei as minhas atividades profissionais na UNIOESTE em 2007, tomando como base as reflexões assumidas no estágio de pós-doutoramento. Num esforço de síntese, sem reducionismo, tenho buscado optar nos meus estudos/pesquisas e conseqüentemente nas atividades de ensino e extensão, por uma análise que confere importância às dimensões políticas inerentes à organização e gestão escolar. Procuro considerar as políticas/decisões governamentais em nível macroestrutural, mas também as ações dos sujeitos escolares, chamando atenção às relações de poder e de conflito, à



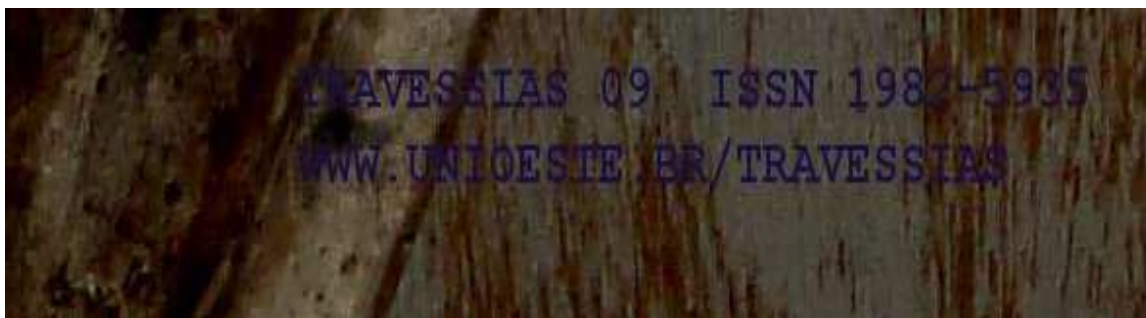
pluralidade de objetivos e de interesses, às mudanças legais e as resistências (para manter ou transformar o estabelecido).

Problematizar a construção histórica e social da educação pública, com destaque aos problemas de sua organização e gestão na perspectiva democrática, por meio do exercício da participação política, constitui o eixo norteador das orientações que tenho buscado estabelecer com os discentes vinculados ao programa de mestrado, à graduação do curso de pedagogia, às especializações em fundamentos da educação e história da educação e à iniciação científica. Penso que o fato de primar por um olhar sociológico pode permitir ao discente não somente apropriar-se dos conceitos teóricos relacionados à organização e a gestão da educação, do sistema escolar e da escola, mas, principalmente, iniciar uma crítica em torno dos mesmos que poderão progressivamente ser desenvolvidos numa perspectiva analítica.

Ao reconhecer as incertezas e individualismo exacerbado que ora presenciamos, quero chamar a atenção para os diversos desdobramentos impostos pelas mudanças nas relações de trabalho (não somente enquanto técnica, mas primordialmente enquanto inserção na estrutura social, no pertencimento social) e nas alterações das atribuições do Estado. O que vamos fazer? Aceitar um modelo de organização social e educacional submetido às novas exigências do mercado? Aceitar que cada sujeito tem a educação que merece?

Penso que não. O desafio, no âmbito de nossa atuação profissional, reside em construir no espaço da contradição uma educação digna e para todos. Para iluminar o desafio, remeto o leitor ao grandioso Brecht: “(...) o que ainda vive não diga: jamais! (...) Quem se atreve a dizer: jamais? De quem depende a continuação desse domínio? De nós. (...) E o “hoje” nascerá do jamais!

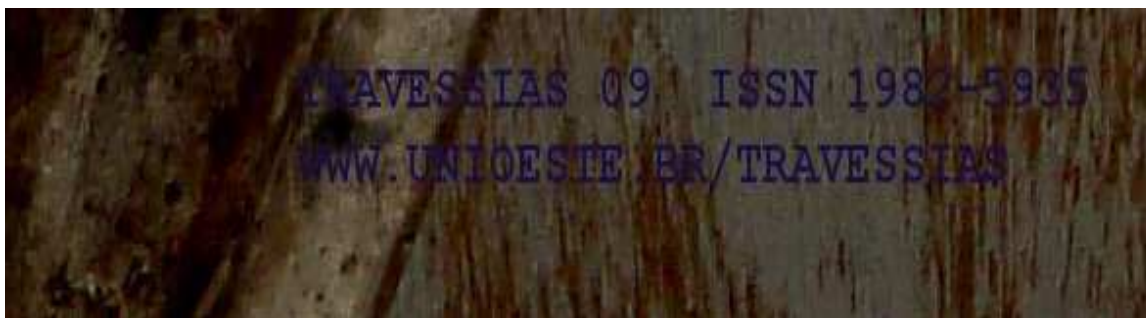
No percurso trilhado, tenho estudado, pesquisado, ministrado aulas e produzido textos em torno da organização administrativa, pedagógica e financeira da escola procurando compreender a relação entre as políticas educacionais que organizam a escola e a função do Estado com a educação daqueles que necessitam da gratuidade desse serviço.



Em outras palavras, estou buscando a) entender a relação entre o público e o privado, tendo em vista que o espectro do mercado, ora caracterizado como quase-mercado, ora como público, porém privado, ora como instituições privadas sem fins lucrativos, tem rondado a organização e a gestão da educação pública estatal, alterando as relações administrativas, pedagógicas e financeiras da escola; b) compreender o currículo integrado como “travessia” para a “utopia”.

Neste percurso, a existência de instituições filantrópicas intencionadas em servir aos pobres, que, usurpados da possibilidade de contar com os direitos universais conquistados historicamente, dependem da proteção, ou melhor, da solidariedade destas instituições, constitui-se um fato, principalmente, nos dias de hoje. Essas instituições, pertencentes ao denominado terceiro setor, têm exercido funções na organização e na gestão da escola, atuando em diversas áreas tais como às relacionadas diretamente ao processo ensino-aprendizagem, à formação continuada dos professores, à elaboração de projetos educacionais, à contratação de professores e na oferta educacional. Particularmente, neste caso, o poder público federal, estadual e municipal, embora continue sendo o responsável pela educação e mantenha instituições educativas diretamente vinculadas ao organograma estatal com a finalidade de ofertar uma educação pública, gratuita, laica e com qualidade para todos os brasileiros, independentemente do sexo, da etnia ou da religião, também incentiva e apóia, por intermédio de diferentes parcerias, a oferta da educação pública por essas instituições filantrópicas.

A tendência em estabelecer parcerias entre o poder público e as organizações não governamentais apóia-se nos critérios da eficiência, eficácia e produtividade, critérios esses articulados à idéia do privado, do mercado, da competição, da valorização da compra e venda de serviços com qualidade. Em tese, os critérios mercadológicos são incorporados pelos gestores pertencentes ao poder público e pelos gestores responsáveis pelas instituições filantrópicas. A distinção entre essas instituições e as privadas reside no lucro. Por se tratar de um serviço social, de um bem público, de um direito conquistado



historicamente, as instituições, embora sejam privadas, constituídas pelo direito privado, não possuem fins lucrativos.

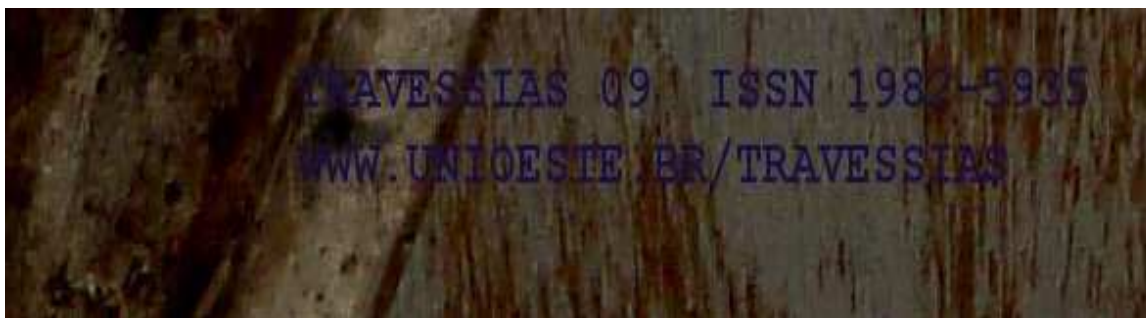
A alternativa, assim, ao discurso do suposto fracasso das instituições estatais recairia nessas instituições beneficentes. O Estado e suas instituições, portanto, como os interventores diretos da política social, vêm sendo gradativamente substituídos pelas organizações pertencentes ao terceiro setor. É a substituição do modelo keynesiano de organizar e definir o papel do Estado na política pública social. Substituição esta que pode atrelar-se diretamente aos princípios neoliberais, colocando o mercado, o individualismo e a competição acima de qualquer outro valor ou pode constituir-se em uma oportunidade para que efetivamente a sociedade civil exerça a *política*, entendendo a política como “processo mediante o qual se põe em xeque a repartição da riqueza apenas entre os que são proprietários” (OLIVEIRA, 1989, p. 65)⁵.

O terceiro setor, como substituição ao keynesianismo, visa, assim, tornar o Estado em um instrumento efetivo de repasse dos recursos públicos, permitindo as instituições sem fins lucrativos ofertarem um serviço público com financiamento estatal, com a co-participação dos beneficiados e com a co-participação de diversos setores da sociedade civil, seja por meio de trabalhos voluntários, seja por meio de colaboração financeira.

A educação brasileira e sua relação com o público e o privado tem sido objeto de investigação de muitos educadores e pesquisadores preocupados com as relações sociais estabelecidas no interior da escola pública estatal. Posso afirmar que todos nós, pelo menos a maioria, consideramos indispensável a participação dos sujeitos envolvidos de alguma forma no processo ensino-aprendizagem como forma de democratizar o acesso e a permanência das crianças no sistema educacional. Com todos os limites que já temos conhecimento.

É possível efetivamente explicitar muitas formas de participação, mostrando os obstáculos e mesmo incompatibilidade entre democratização do ensino e escola pública,

⁵ OLIVEIRA, F. de. O surgimento do antivisor. In: **Novos estudos Ceprab**. São Paulo, nº 22, out./1989.

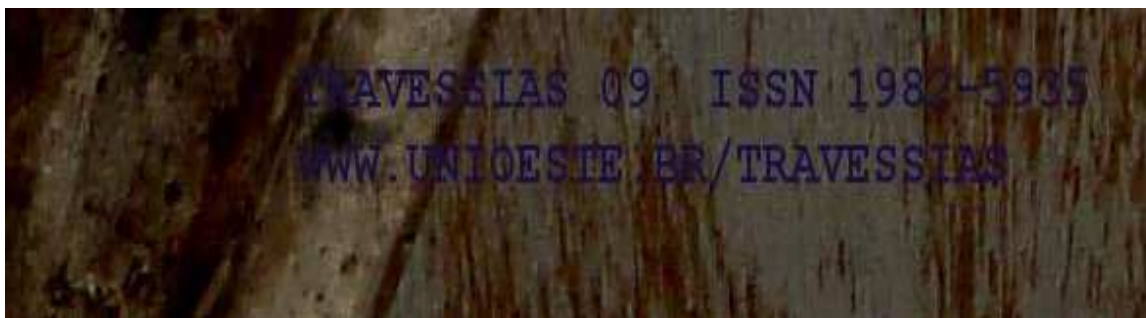


em última instância, escola pública burguesa. Num extremo, posso colocar aqueles que vêem a organização e a gestão da escola via participação como um processo crescente e contínuo de desprendimento do poder Estatal, no qual o sistema educativo paliativamente seja assumido pelo mercado. Neste viés, participar significa pagar pelo serviço educacional. Em outro extremo, estariam os que entendem que a democratização do ensino deve seguir *pari passu* com a possibilidade dos sujeitos assumirem cada vez mais a solução dos problemas educativos na perspectiva de romper e superar com a escola pública burguesa. A participação dos sujeitos, neste aspecto, é direcionada no sentido de fortalecer a atuação política e de constituir uma luta constante pelo direito à educação, portanto, a relação entre os sujeitos de uma determinada escola e o Estado é constante e obrigatória.

É fato que a organização da sociedade capitalista embasada no princípio da desigualdade, por um lado, nega que as relações democráticas e participativas entre os sujeitos sejam estabelecidas, instituindo regras sociais e definindo direitos que privilegiam a esfera do privado. Por outro lado, com o intuito de apaziguar a ordem social, atende às demandas reivindicatórias em prol da democratização e participação no interior das instituições sociais instituindo, inclusive, canais que possibilitem estabelecer relações democráticas e participativas. Entretanto, ao mesmo tempo, cria mecanismos de controle destes canais instituídos, a fim de impedir a possibilidade de construir uma nova organização social. Especificamente na educação, nosso objeto de estudo e atuação, isto é claro, seja nas políticas referentes à educação infantil, à educação básica ou ao ensino superior.

Assim a organização e a gestão da escola pública na perspectiva da democratização não acontecem, pois o poder de participação política para efetivamente decidir sobre os rumos da escola é privatizado, não implica em ruptura e superação e sim em uma forma de conter e apaziguar os próprios interesses dos sujeitos desprivilegiados economicamente.

Isto, por um lado, demonstra muito bem os limites e potencialidades da educação pública estatal e, por outro, reitera que a luta em prol da educação pública deve ocorrer no interior da sociedade civil articulada com o Estado e com o mercado tendo como horizonte



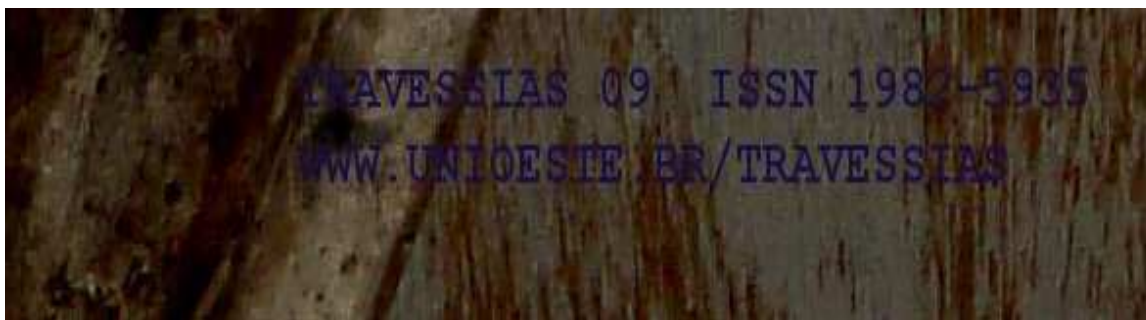
a ruptura com este modelo societal opressor, esmagador e promotor da desigualdade social. Nesta direção, se as instituições beneficentes são concretas, estas devem primar por um modelo de organização e de gestão que permita a participação dos sujeitos envolvidos. O financiamento público exige transparência. O bem público exige a sua socialização. A socialização exige a *política*. A *política* exige a participação no processo de tomada de decisões.

Um outro aspecto que tenho procurado compreender diz respeito ao currículo, particularmente, ao currículo proposto pelas políticas educacionais voltadas ao ensino médio integrado e ao programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA), ou seja, o currículo integrado.

O currículo integrado, da forma como vem sendo pensado pelo Estado do Paraná, coloca enfrentar questões teórico-metodológicas e de organização e gestão educacional que devem ser enfrentadas, lembrando, para tirar qualquer impressão de ingenuidade, que a fragmentação do trabalho e, no nosso caso, do trabalho escolar perpassa todas as ações no interior da escola e do sistema educacional. Isto, por si só, já demonstra os limites no enfrentamento de tais questões. Portanto, pensar o currículo integrado é colocar-se no plano das possibilidades imediatas, dadas as condições concretas, ou seja, educação burguesa inserida em uma sociedade que prima pela desigualdade econômica, política, cultural e social; que prima pela fragmentação do conhecimento; que prima pela dualidade educacional.

Em conformidade à Moreira e Silva (1994, p. 7-8)⁶, o currículo não é inocente e neutro de transmissão desinteressado do conhecimento social; está implicado em relações de poder; transmite visões sociais particulares e interessadas; produz identidades individuais e sociais particulares. Nesta direção, o currículo, enquanto um percurso a ser realizado pelo aluno, em qualquer nível ou modalidade de ensino, com todas as estruturas que

⁶ MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. Sociologia e Teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.



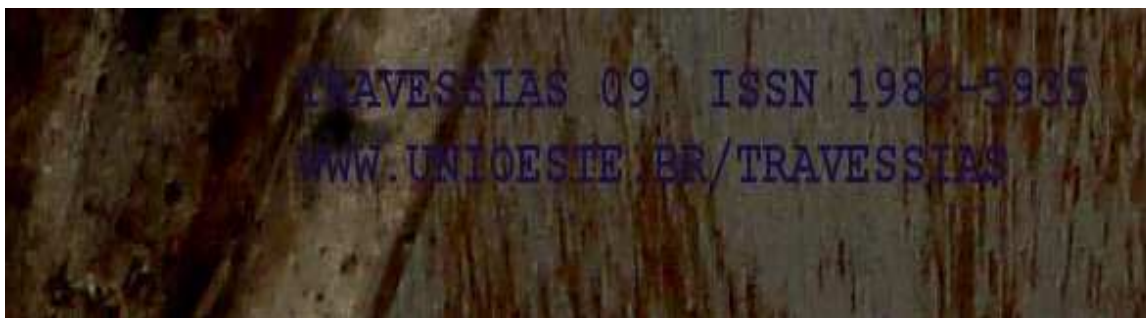
historicamente pode ter assumido por conta da correlação de força, é organizado, a rigor, de uma forma que melhor represente os interesses hegemônicos da classe burguesa. E a integração curricular, por si só, não rompe com esta forma dual de organizar o conhecimento social em torno de um currículo. A importância da dimensão *política* curricular advém daí.

A dimensão *política* na organização do currículo pretende reorganizar os conhecimentos que compõem os conteúdos escolares por meio das disciplinas, estruturados numa matriz curricular, voltados para a classe trabalhadora. No caso do ensino médio integrado, a proposta é por uma base unitária que contemple o trabalho, a ciência e a cultura. Daí o enfrentamento das questões teórico-metodológicas, expressas na relação conteúdo e forma; teoria e prática; professor e aluno; avaliação.

Ressalto que o currículo integrado procura resgatar o “ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (CIAVATTA, 2005, p.86)⁷. Neste sentido, exige questionar não só o que do conhecimento deve ser ensinado, mas também o como se pretende ensinar esse o que e mais ainda, questionar em função de quais interesses está servindo o ensinar. Em outras palavras, o currículo envolve o ato pedagógico, o ato pedagógico, que não é neutro, exige escolhas, opções que são sempre de classe.

Outro aspecto do currículo integrado, e que está diretamente ligado à política, diz respeito ao trabalho, no sentido ontológico e histórico, como princípio educativo. Isto significa que o conhecimento e a cultura resultam da relação homem x natureza, relação esta colocada a partir de sua necessidade e possibilidade de transformar a realidade social. Do ponto de vista da organização e da gestão da escola e do sistema de ensino, isto não é fácil e não ocorre simplesmente por determinação legal. Obviamente, a política educacional favorece ou não uma determinada condução educacional.

⁷ CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS, M. (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.



Daí a ênfase no “aquilo” que o rememorar não quer calar, o resgate à *política*, posto à reflexão na relação público e privado, com desdobramentos para a gestão e organização administrativa e financeira da escola, posto à reflexão no currículo integrado, na organização pedagógica da escola, como possibilidade da construção.

Não é possível encher as prateleiras das bibliotecas com monografias, dissertações e teses e a educação continuar com os nossos alunos, filhos de trabalhadores, futuros trabalhadores e trabalhadores passando e passando e passando. Não é possível continuar convivendo e aceitando a realidade da educação pública. Neste rememorar: Sonho, “um dia hei de te mudar”; ilusão, “pra um canto livre cantar”, realidade, “preso por saber cantar, utopia, “pra sair desse lugar”. Decorre, daí a necessidade de resgatar a *política*, para coletivamente, “provar que pau-não-é-ferro”, “nem vida este lugar”.